



Autor

Flávio Cardoso Pereira

CRIME ORGANIZADO E SUA INFILTRAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

Área específica
Direito Penal.

Áreas afins
Direito Administrativo e Legislação Penal Especial.

O fenômeno da criminalidade organizada, impulsionado de forma marcante pelo uso da corrupção, vem ganhando destaque sem precedentes em nível nacional e internacional. A corrupção, notadamente através do suborno, apresenta-se nesse contexto como um dos principais instrumentos empregados pelas redes ilícitas de delinquentes organizados, para os fins de obtenção de lucros e do poder, mediante a penetração nas instituições governamentais através da cooptação de agentes públicos.

Trata-se de uma reconfiguração cooptada do Estado, compreendida como uma modalidade de corrupção em nível avançado ou como uma captura avançada do aparato governamental, correspondente à penetração ou infiltração de agentes criminosos junto a entidades estatais, com a finalidade de obtenção de vantagens econômicas, financeiras, sociais ou penais, as quais possam beneficiar organizações criminosas.

Embora se tenha consciência das dificuldades em evitar que agentes públicos cedam a propostas de corrupção, este livro buscou destacar algumas medidas que poderão colaborar na diminuição dos riscos de incidência de infiltração de redes criminosas nas instituições governamentais. Entre essas ações, destacam-se o resgate do caráter ético da função pública e a melhora dos incentivos aos funcionários públicos, despertando nessas pessoas o fortalecimento do ideal da confiança e o fomento às escolhas certas em momentos de indecisão.

Público-alvo/consumidores

Livro destinado aos operadores do Direito com atuação nas áreas criminal e administrativa (juízes, promotores, procuradores, advogados, defensores, delegados e professores), bem como aos cidadãos em geral interessados em conhecer de modo mais profundo as consequências do fenômeno sistêmico e endógeno da corrupção no ambiente do funcionalismo público. Leitura complementar para as disciplinas Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Administrativo, no tocante ao estudo da corrupção, dos cursos de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu) em Direito.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001155

P426c

Pereira, Flávio Cardoso

Crime organizado e sua infiltração nas instituições governamentais/ Flávio Cardoso Pereira. 2. ed. – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

213 p.

ISBN: 978-85-450-0253-6

1. Direito Administrativo. 2. Direito Penal. 3. Legislação penal especial. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PEREIRA, Flávio Cardoso. Crime organizado e sua infiltração nas instituições governamentais. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 213 p. ISBN 978-85-450-0253-6.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Jónatas Eduardo Mendes Machado	1
NOTA DA SEGUNDA EDIÇÃO	15

APRESENTAÇÃO	17
--------------------	----

CAPÍTULO 1

A PROBLEMÁTICA DA BANALIZAÇÃO FINANCEIRA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI	21
1.1 O dinheiro pode comprar tudo?	21
1.2 Limites morais do mercado econômico	27

CAPÍTULO 2

SEGURANÇA HUMANA: OS VÍNCULOS ENTRE SEGURANÇA, PAZ E DESENVOLVIMENTO	31
2.1 Desvelando o conceito de “segurança humana”	31
2.2 Conteúdo e características da <i>human security</i>	37
2.3 Segurança humana e delinquência organizada: um estreito vínculo ..	42
2.4 A corrupção como “novo” fator para o aumento da insegurança global ..	47

CAPÍTULO 3

A EXPANSÃO DA DELINQUÊNCIA ORGANIZADA EM MOMENTOS DE GLOBALIZAÇÃO	51
3.1 A criminalidade organizada na era globalizada: um desafio para a comunidade internacional	54
3.2 Os efeitos negativos da atuação da criminalidade organizada na ordem socioeconômica dos Estados. A problemática da lavagem de capitais	59
3.3 O lado oculto da criminalidade: funcionamento de verdadeiras empresas direcionadas para a prática de delitos graves	64

CAPÍTULO 4

O GRANDE VILÃO NA ATUALIDADE: O FENÔMENO DA CORRUPÇÃO	67
4.1 A relação espúria entre o crime organizado e a corrupção	71
4.2 O fenômeno da corrupção no mundo moderno	77
4.2.1 Mas, afinal: o que é corrupção?	84
4.3 Os índices de percepção da corrupção em nível mundial	89
4.4 A degradação ética do cidadão como fator da corrupção. Análise desde o prisma da teoria dos jogos	94
4.4.1 Corrupção e ética: uma conexão paradoxal	94
4.4.2 A teoria dos jogos no contexto do fenômeno da corrupção	101
4.4.2.1 Teoria dos jogos: conceito e conteúdo prático	101
4.4.2.2 Corrupção e criminalidade organizada: leitura sob a ótica da teoria dos jogos	106
4.5 O tratamento da corrupção no Brasil: os avanços promovidos pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	108

CAPÍTULO 5

A INFILTRAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESTATAIS	113
5.1 Ofenômeno econômico denominado “captura do Estado”	116
5.2 A reconfiguração cooptada do Estado	121
5.3 Redes ilícitas de criminosos e a reconfiguração cooptada do Estado. Fatores diretos e fatores indiretos	129
5.3.1 Fatores indiretos (remotos)	129
5.3.1.1 Inexpressiva valorização salarial do funcionalismo público	129
5.3.1.2 Deficiente fiscalização relativa ao ingresso em cargos públicos	131
5.3.1.3 Reduzido incentivo e reconhecimento daqueles servidores públicos especializados	134
5.3.1.4 Ausência de controles eficazes relativos a evoluções patrimoniais suspeitas	135
5.3.2 Fatores diretos	137
5.3.2.1 Debilidade institucional dos Estados	137
5.3.2.2 Ausência de reforço ético junto ao servidor público	140
5.3.2.3 Expansão da criminalidade organizada e da corrupção	141
5.4 Como as redes ilícitas se infiltram em instituições governamentais?	143
5.5 Um grande problema: o financiamento de campanhas políticas por redes ilícitas	148
5.6 A infiltração das redes ilícitas nos sistemas econômico, financeiro e religioso	155

CAPÍTULO 6

OS RISCOS E AS CONSEQUÊNCIAS DA RECONFIGURAÇÃO COOPTADA DE ALGUMAS INSTITUIÇÕES DO ESTADO	165
6.1 Os efeitos institucionais da infiltração da criminalidade organizada em entidades governamentais	165
6.1.1 Perda de credibilidade do Estado frente à sociedade	166
6.1.2 Desestímulo ao ingresso e permanência na função pública	169
6.1.3 Institucionalização do modo “corrupto” de se viver e conformação com ele	170

CAPÍTULO 7

MEDIDAS DE CONTROLE AO PROBLEMA DA INFILTRAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO NAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	173
7.1 Repercussão do problema no âmbito internacional. Especial referência ao posicionamento das Nações Unidas	177
7.2 Algumas formas de prevenção ao fenômeno da reconfiguração cooptada	179

7.2.1	Resgate do caráter ético da função pública	179
7.2.2	Melhores incentivos aos funcionários públicos: o fortalecimento da confiança	181
7.2.3	Fomento às escolhas certas em momentos de indecisão	184
7.3	Uma experiência para o futuro: a utilização do programa Ris.I.C.O. 1.1 Beta (RISCHIO - Infiltrazione Criminalità Organizzata)	186
	CONCLUSÕES	191
	REFERÊNCIAS	197